

Unicef: Mulheres ampliam acesso, mas 30% ainda não tem pré-natal adequado

[\(Universa | 08/12/2020 | Por Fernanda Toyomoto\)](#)

No Brasil, mais de 2 milhões de mulheres em todo país receberam acompanhamento pré-natal adequado ao longo de toda a gestação no sistema público de saúde, em 2018. Segundo estudo divulgado hoje pelo Unicef, de 2016 a 2018 (último dado disponível), o percentual de mulheres com acesso adequado ao pré-natal (sete consultas ou mais) no Brasil cresceu 4,6%.

Apesar da ampliação, em 2018, 30% das gestantes não realizaram sete ou mais consultas ao longo da gravidez. Falta de apoio da família, dificuldades de deslocamento, desinformação e descobrimento tardio da gravidez são alguns dos motivos que levam muitas gestantes a não realizarem o pré-natal ou as impossibilita de realizar as consultas dentro do período gestacional.

[***Acesse a matéria completa no site de origem.***](#)

Ação do UNICEF sobre violência sexual online alcança 1 milhão de pessoas

Cerca de 1 milhão de pessoas já interagiram com a Fabi Grossi, um perfil no Facebook programado para conversar sobre os riscos do compartilhamento de imagens íntimas — “nudes” — na rede. A personagem é um “bot”, uma

ferramenta de inteligência artificial criada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância ([UNICEF](#)) em parceria com a rede social e as desenvolvedoras Sherpas e Chat-Tonic. Lançada em fevereiro deste ano, a iniciativa já alcançou 1 milhão de pessoas, segundo levantamento divulgado nesta semana (10).

[\(ONU Brasil, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Fabi Grossi é uma adolescente muito ativa nas redes e que se recupera do fim de um relacionamento quando descobre que o ex-namorado vazou um vídeo íntimo dos dois. No Facebook, adolescentes a partir de 13 anos podem conversar com a jovem pelo Messenger e adquirir informações sobre como lidar com esse tipo de problema.

Uma pesquisa realizada com os participantes do projeto mostra que 81% deles já receberam nudes e que 47% já enviaram. Dos adolescentes que chegaram até o fim da experiência com a Fabi, 90% declararam ter aprendido sobre os riscos do chamado *sexting*.

O bot faz parte do Projeto Caretas do UNICEF, que visa conscientizar meninos e meninas sobre os perigos da violência online. Para comemorar o alcance da personagem, a agência da ONU promoveu na segunda-feira (10) uma transmissão ao vivo em sua página no Facebook. A live contou com a participação de Dora Figueiredo, influenciadora digital que aborda o tema da sexualidade, e a atriz Káthia Calil, que interpreta a Fabi. Assista abaixo:

A conversa marcou as comemorações do UNICEF para o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro.

“A proposta do Caretas é levar adolescentes e jovens a conhecer de perto os impactos do *sexting*, por meio de uma conversa privada com outra jovem como eles, que foi vítima dessa prática. Por meio de um diálogo intenso, a personagem vai trazendo uma série de informações que ajudam a mudar a percepção de meninas e meninos sobre violência online e como se proteger dela”, explica Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil.

Segundo a gerente de Programas de Segurança do Facebook na América

Latina, Daniele Kleiner, a segurança das pessoas é a maior prioridade da plataforma. “Temos investido em tecnologia para manter as pessoas seguras, como a ferramenta que impede que se faça upload de uma imagem íntima não consentida, e o reconhecimento facial, que avisa quando alguém fizer o upload de uma foto que pode ser sua,” explica.

“Mas as ações educativas são essenciais para que as pessoas entendam como podem se proteger. Os resultados mostram que o bot é uma iniciativa incrível justamente por unir tecnologia a um componente educativo e interativo para falar com adolescentes sobre segurança online de uma forma que faz sentido para eles.

A narrativa do bot é construída usando textos, fotos, vídeos e mensagens de áudio. Durante pelo menos 48 horas, o adolescente passa a ser o melhor amigo de Fabi, trocando experiências, conselhos e aprendendo como lidar com situações de compartilhamento de imagens íntimas sem autorização. Além disso, são apresentadas aos participantes formas efetivas de buscar ajuda em situações de violência online, como o *helpline* da ONG SaferNet Brasil — <http://www.helpline.org.br>.

Para iniciar uma conversa com a Fabi, entre em www.facebook.com/ProjetoCaretas e clique em “Enviar Mensagem”.

O silêncio, por Leila Guerreiro

Segundo a OMS, uma em cada cinco meninas e um em cada treze meninos são vítimas de “abuso sexual”

[\(El País, 21/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Talvez fosse melhor dizer a eles: “[Ninguém vai acreditar em você](#). A mamãe não vai acreditar em você, a vovó não vai acreditar em você. Você vai se encolher quando ouvir ruídos do outro lado da porta do quarto, terá pavor

das aulas de educação física e do confessionário, mas, para a mamãe, para a vovó, para seus colegas, esse porco que entra em seu quarto ou se tranca com você depois da aula não é um porco e sim o papai adorado, o vovô adorado, o professor ou o padre querido por todos. Terá medo de contar à mamãe porque, quando ela souber, vai expulsar o papai de casa (e a culpa será sua), e de contar à professora porque seu professor disse que esse é um segredo entre vocês dois (e que, se deixar de ser segredo, sua vida se transformará em um pesadelo ainda pior)". Talvez fosse melhor dizer a eles: "Se acontecer, é isso que você tem que fazer". Porque as armas que aplicamos até agora não parecem dar resultado. Segundo a [OMS](#), uma em cada cinco meninas e um em cada 13 meninos são vítimas de "abuso sexual" (traduzindo: um ser humano de seis anos é perfurado por um adulto que sabe o que está fazendo). Há dezenas de campanhas. Quase todas repletas de eufemismos anestésicos e dirigidas a adultos que, às vezes, são os que protegem quem molesta (na maioria dos casos, quem molesta é o pai, o avô, o padrasto). Leio em um relatório da [Unicef](#) uma lista de mitos refutados. Um deles é: "Crianças em idade pré-escolar não precisam receber informação sobre abuso sexual porque ficariam aterrorizadas". Em seguida, o relatório tenta derrubar o argumento: "Os programas educativos ajudariam a desenvolver, desde pequenos, habilidades para se proteger de forma útil e eficaz contra os agressores". Mas, como é aterrorizante falar disso com as crianças, aderimos ao carnaval do eufemismo vazio que tranquiliza consciências adultas e replica o silêncio - nada metafórico - com o qual os molestadores amordaçam suas vítimas.

UNICEF realiza seminário na BA sobre direitos de crianças com

síndrome congênita do zika

O [Fundo das Nações Unidas para a Infância \(UNICEF\)](#) realizou nesta semana em Salvador (BA) o “Seminário Internacional Infância em Tempos de Zika”, que tratou de questões de prevenção, cuidado e garantia de direitos de crianças, mulheres e famílias afetadas pelo vírus.

[\(ONU Brasil, 09/08/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O seminário teve como objetivo compartilhar experiências, desafios e boas práticas entre Brasil, países latino-americanos, caribenhos e africanos no contexto do vírus zika. A iniciativa foi parte da Feira Soluções para a Saúde - Zika, organizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) para debater soluções para as arboviroses que acometem o Brasil.

O evento reuniu mães de crianças acometidas pela síndrome congênita do zika e outras deficiências, além de gestores públicos, profissionais de saúde e especialistas nacionais e internacionais. Foram realizados painéis e debates, além de oficinas de estímulo para crianças com alterações de desenvolvimento. Foi apresentado também um kit multissensorial desenvolvido pelo UNICEF.

“O seminário internacional é uma oportunidade única para se pensar e se propor uma agenda afirmativa de inclusão e de garantia dos direitos para todas as crianças com deficiência e suas famílias”, disse Cristina Albuquerque, chefe de Saúde, HIV/Aids e Desenvolvimento Infantil do UNICEF no Brasil.

O trabalho do UNICEF na resposta brasileira ao zika

Em 2015, o início da epidemia do vírus zika no país revelou grandes desafios para as políticas de saúde, educação e assistência social, em especial, para garantir os direitos das famílias e das crianças em situação de maior vulnerabilidade.

Além disso, colocou, no centro do debate, questões relativas às pessoas com deficiência, considerando que as mesmas continuam a enfrentar barreiras no

acesso às políticas públicas.

A infecção pelo vírus zika deixou sequelas irreversíveis de longo prazo nas crianças, nos adolescentes e nas famílias mais vulneráveis no Brasil e na região que engloba o Caribe e a América Latina. Só no Brasil, foram 2.753 casos confirmados desde o início da epidemia.

Trabalhando com o governo em diferentes níveis, o UNICEF participou ativamente da resposta brasileira à epidemia contribuindo para a articulação e promoção de políticas públicas intersetoriais de combate ao vetor, nos municípios do Semiárido e da Amazônia, e no cuidado e apoio às crianças e às famílias, com a implementação do projeto Redes de Inclusão em dois municípios, Campina Grande (PB) e Recife (PE).

Atualmente, o UNICEF foca seu trabalho na conclusão e validação de todo o material e das metodologias do programa Redes de Inclusão, sua principal ação de resposta ao vírus zika no Brasil. Em parceria com o Ministério da Saúde, o material e as metodologias serão disseminadas em Estados e municípios prioritizados.

Audiência aponta necessidade de ouvir as meninas

A prevalência de um olhar adulto e masculino tem negligenciado a necessidade de políticas públicas voltadas para as meninas e as adolescentes. Essa foi a avaliação consensual das palestrantes que participaram nesta quinta-feira (25) de audiência pública sobre Empoderamento das Meninas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



[\(Senado Federal, 29/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O evento, a 42ª Pauta Feminina, contou com mediação da deputada federal Professora Marcivânia (PCdoB-AP) e foi realizado pela Procuradoria Especial da Mulher, apoiada pelo Unicef, Plan International e Instituto Indica.

Para o professor Benedito Rodrigues dos Santos, os dados do Disque 100 e do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) do Ministério da Saúde mostram que as meninas são campeãs de denúncia no caso da violência de gênero, como vítimas de negligência, violência psicológica, violência física e violência sexual. O professor é co-organizador do livro *Ser Menina no Brasil contemporâneo: marcações de gênero em contexto de desigualdades*, lançado na abertura da audiência pública.

Já Gabriela Mora, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Infância (Unicef), revelou que, num canal de ajuda contra a violência na internet chamado SaferNet, “as meninas são as que mais denunciam situações de vulnerabilidade”. Para Gabriela, é preciso trazer para o diálogo a voz das meninas, na discussão sobre o que fazer.

Essa necessidade também foi apontada por Viviana Santiago, gerente técnica de Gênero da Plan International Brasil. Ela afirmou que o “desafio é pensar nas meninas como sujeitas de direitos”. Para Viviana, a visão centrada no adulto prioriza a fala sobre as meninas em vez de ouvi-las.

— Nada sobre as meninas sem as meninas! Além disso, a questão de gênero não envolve só as meninas, pois o padrão de masculinidade hegemônico é predatório — alertou.

Viviana disse ainda que é preciso evitar a transformação do problema em questão pedagógica, que sobrecarrega a escola na solução de problemas sociais e oculta o papel de outros agentes e instituições, como os meios de comunicação.

Representando as meninas e adolescentes, a estudante negra Laís Rodrigues de Almeida, 17 anos, disse que é necessário considerar as especificidades.

— Há vários tipos de meninas: brancas, negras, quilombolas, indígenas, lésbicas. Cada uma enfrenta lutas específicas — advertiu.

Laís estudou no Centro de Ensino Médio 09 de Ceilândia (DF) e recentemente ingressou no curso de Engenharia.

Heloísa Oliveira, da Fundação Abrinq e representante da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, fez um panorama histórico para abordar como a cultura brasileira se situa em relação a meninos e meninas, frisando dispositivos que subordinam a mulher em documentos como o Código Civil (1917) e o Estatuto da Mulher Casada (1962).

— O Brasil levou cinco anos para assinar a Convenção das Nações Unidas pela eliminação de toda forma de discriminação contra as mulheres — destacou.

Exemplo

Gina Vieira Ponte de Albuquerque, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, narrou a experiência bem-sucedida do projeto *Mulheres*

Inspiradoras, premiado nacional e internacionalmente. Após constatar que a sociedade oferecia para as adolescentes o horizonte limitado de se transformarem em objetos sexuais, Gina idealizou um projeto voltado para a “ampliação do repertório cultural que mostrasse às meninas outras referências de mulher”.

Iniciado com a leitura de seis obras literárias, entre elas *Malala*, da Prêmio Nobel paquistanesa Malala Yousafizai, e *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, o projeto evoluiu para a leitura de biografias e, por fim, para a valorização de mulheres inspiradoras locais.

Nas 150 narrativas de mães, avós e bisavós dos alunos do colégio CEF 12, no setor O, em Ceilândia (DF), nasceu uma própria história do surgimento cidade, repleta de relatos de mulheres que vieram para o Planalto Central com a esperança de estudar, mas foram transformadas em trabalhadoras precoces, muitas vezes abusadas sexualmente no ambiente de trabalho.

Claudia Vidigal, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, destacou que cerca de 20% dos bebês são filhos ou filhas de mães adolescentes. Integrando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), ela destacou a Resolução 180, de 20 de outubro de 2016, que dispõe sobre a igualdade de direitos entre meninas e meninos nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes.

Professora e mãe de três filhas, a deputada federal Prof. Marcivânia destacou a relevância de projetos como o desenvolvido em Ceilândia, que devem ser conhecidos e replicados em outros estados. Para ela, “a escola não tem que ser um ambiente de repressão, onde se tolhe a abordagem de temas”. Ela destacou a luta de mulheres por mais espaço político, necessária para que a diversidade na sociedade seja espelhada no Parlamento.

Participaram ainda do encontro a ex-senadora Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul - Brasil, que também presidiu a mesa; Janaína Oliveira, da Rede Afro LGBT; coordenadora do curso de pedagogia da Universidade Católica de Brasília, Carla Cristie e Flávio Debique, da Plan International.

Fiocruz firma parceria com a ONU para evento sobre zika

Representantes da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS), da Organização das Nações Unidas Mulheres, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para Crianças (Unicef) estiveram na Fiocruz Brasília (28/4) para conhecer o projeto Plataforma de Vigilância de longo prazo para Vírus Zika e Microcefalia no âmbito do SUS. A Fiocruz coordena um dos eixos do projeto. O objetivo é formar uma plataforma de integração de conhecimentos das coorte epidemiológica com diferentes bases de dados da saúde e do desenvolvimento social e assim analisar os impactos da doença hoje, e a longo prazo, acompanhar as condições de vida da população acometida com microcefalia e pelo vírus zika.

[\(Fiocruz, 07/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Para fortalecer as propostas de colaboração e cooperação na rede do complexo produtivo da saúde, será realizada, em agosto, a Feira de Soluções para a Saúde - Zika, que durante três dias promoverá um espaço de divulgação e compartilhamento da ciência e inovações tecnológicas e sociais relacionadas à tríplice epidemia, em Salvador, Bahia. O evento mobilizará pesquisadores, instituições do setor público e privado, movimentos sociais e outros atores. As agências da ONU participarão da feira com suas atividades, como a Sala de Situação em resposta aos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres no contexto da tríplice epidemia e o Seminário

Internacional sobre resposta brasileira à epidemia da zika.

Para o vice-diretor da Fiocruz Brasília, Wagner Martins, a inserção das agências da ONU na discussão do projeto é de grande importância. “O momento de aglutinação dessas agências é muito importante, como também a mobilização de parceiros nacionais e internacionais”, ressaltou.

“O evento é grandioso e à altura da Fiocruz e das outras instituições participantes. Temos uma expectativa grande com essa parceria”, afirmou Cristina Albuquerque, coordenadora do Programa Sobrevivência e Desenvolvimento Infantil e HIV/aids do Unicef no Brasil.

Fonte:

Agência Fiocruz de Notícias

Boko Haram liberta 82 meninas de Chibok há três anos em cativeiro

O grupo extremista Boko Haram libertou 82 das mais de 270 meninas sequestradas há três anos em Chibok, na Nigéria, segundo autoridades locais em condição de anonimato. Há também relatos, no entanto, de que o número poderia ser de 62 meninas agora livres. As estudantes, que foram capturadas na escola em abril de 2014, finalmente puderam deixar o cativeiro após negociações com o governo. Nunca tantas das meninas saíram do cativeiro do grupo extremista de uma só vez.

[\(O Globo, 06/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O Boko Haram sequestrou mais de 270 estudantes de uma escola em Chibok em abril de 2014 — um ato que provocou comoção no mundo todo e uma

campanha pela libertação das meninas, com o apoio da ex-primeira-dama dos EUA, Michelle Obama. Não havia sinal do seu paradeiro até maio de 2016, quando uma delas foi encontrada com um bebê. Em seguida, alguns meses depois, mais de 20 meninas foram libertadas e reencontraram suas famílias.

Uma fonte militar afirmou, em anonimato, que as meninas libertadas neste sábado estão em Banki, perto da fronteira com Camarões, para serem submetidas a exames médicos. Em seguida, deverão ser levadas de avião a Maiduguri amanhã. O pai de uma das sequestradas também confirmou que as meninas foram libertadas.

Desde que foram levadas, os parentes das vítimas iniciaram uma campanha em apelo pela volta das jovens meninas com o lema “Bring Back Our Girls” (“Tragam de volta nossas meninas”, em português). Os últimos resgates aumentam as esperanças das famílias que ainda aguardam pelo dia em que poderão rever suas filhas. Além das meninas libertadas, muitas conseguiram fugir. Mas, até hoje, havia cerca de 195 delas desaparecidas.



Vice-presidente da Nigéria, Yemi Osinbajo, conforta meninas de Chibok libertadas pelo Boko Haram - Sunday Aghaeze / AP

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) explica que a recuperação do trauma é longa e difícil para as ex-reféns. A agência da ONU

defende que é importante que continue a pressão para que sejam soltas todas as mulheres e crianças sequestradas pelo Boko Haram.

O grupo militante islâmico também sequestrou milhares de outras pessoas durante a sua insurgência de sete anos no Nordeste da Nigéria. Mais de 15 mil pessoas foram mortas e dois milhões foram forçadas a deixar as suas casas. No ano passado, a organização jihadista prometeu lealdade ao Estado Islâmico (EI).

Violência sexual, exploração e morte: o drama de mulheres e menores em rota de refugiados

Crianças e mulheres refugiadas e imigrantes sofrem situações de violência sexual, exploração e abusos ao longo da rota do norte da África à Itália, alerta um novo relatório da Unicef, a agência da ONU para crianças.

[\(BBC, 28/02/2017 - Acesse o site de origem\)](#)



Muitas crianças migrantes são detidas em prisões da Líbia./UNICEF/ROMENZI

O documento *A Deadly Journey for Children* (Uma jornada mortal para crianças, em tradução livre) reúne depoimentos de africanos e revela que três em cada quatro crianças contaram terem sofrido agressões e abusos durante a travessia para a Europa.

Além disso, quase metade das mulheres e crianças denunciou abuso sexual, que ocorreu múltiplas vezes e em diferentes locais do trajeto.

“O que acontece com estas crianças durante a viagem realmente chocou a equipe da Unicef e a mim”, afirmou Justin Forsyth, diretor-executivo adjunto da organização.

“Muitas destas crianças foram agredidas, estupradas e mortas durante o trajeto”.

Meninas como Kamis, de 9 anos, que abandonou a Nigéria junto com a mãe. Na costa da Líbia, a família pagou a contrabandistas US\$ 1.400 (R\$ 4.350) pela viagem de barco rumo à Itália.

Complicações da viagem levaram o barco a ser resgatado. Kamis, então, acabou detida e encaminhada à prisão de Sabratha, na Líbia, onde ficou por

cinco meses.

“Eles batiam na gente todos os dias”, contou Kamis aos pesquisadores da Unicef. “Não havia comida nem água”.

“Aquele lugar é muito triste, não tem nada lá”, disse ainda.



Migrante olham por trás das grades em prisão da Líbia; em 2016, mais de 180 mil migrantes cruzaram a Líbia rumo à Itália./UNICEF / ROMENZI

Sua mãe, Aza, conta ter deixado a Nigéria pela falta de emprego, mas não sabia que a viagem seria tão perigosa.

“Não me disseram a verdade. Não me disseram os riscos envolvidos, e as dificuldades que eu iria enfrentar”, afirmou.

Prisões de imigrantes

O governo coordena 24 prisões na Líbia que recebem imigrantes ilegais. Outros grupos armados também detêm imigrantes em pelo menos outros dez locais não oficiais.

“Os centros de detenção que são geridos por milícias que nos preocupam”, disse Forsyth. “Lá é onde muitos abusos estão acontecendo e onde nosso acesso é muito limitado”.

Um policial do governo líbio contou que algumas prisões controladas por milícias recebem dinheiro do governo para comprar mantimentos e roupas aos imigrantes.

“Em Trípoli, uma das milícias mais poderosas é conhecida como Sharikan, e ninguém pode chegar perto das áreas controladas por eles”, conta o policial.

“Eles fingem prender os imigrantes que são ilegais e os mantêm em seus centros por um tempo. Eles tiram o dinheiro deles, e os deixam sem comida ou água. Depois, levam-nos a Garanulli, onde balsas estão à espera”.

“Não temos poder sobre estas prisões. Não podemos chegar perto pelo risco de sermos mortos”, conta.

Os migrantes tornam-se vítimas de tráfico humano. A maioria são mulheres e crianças, segundo a ONU. Muitas das vítimas acabam forçadas à prostituição.

Rota do Mediterrâneo

Refugiados e imigrantes de países africanos que deixam suas casas rumo à Itália geralmente percorrem um caminho de mil quilômetros cruzando a Líbia, desde o deserto, ao sul, até a costa mediterrânea, ao norte.

Em seguida, atravessam mais de 500 quilômetros pelo mar até a Sicília, no sul da Itália.



Migrantes na Líbia correm o risco de caírem nas mãos de guanges e redes de prostituição./UNICEF / ROMENZI

Ano passado, 4.579 pessoas morreram neste trajeto conhecido como rota de migração do Mediterrâneo Central. Pelo menos 700 crianças estavam entre os mortos, segundo a Unicef.

A rota é controlada por redes criminosas que lucram com o deslocamento de refugiados e imigrantes ilegais.

A maioria das mulheres - segundo o relatório - disse ter pago contrabandistas no início da viagem, contraindo dívidas e ficando mais vulneráveis a abusos e tráfico de pessoas.

“Crianças não deveriam ser forçadas a colocar suas vidas nas mãos de contrabandistas porque simplesmente não há alternativas”, cobrou Afshan Khan, diretor regional da Unicef e coordenador especial da Resposta à Crise de Refugiados na Europa.

Os pontos de controle nas fronteiras da Líbia estão entre as áreas mais perigosas, onde a “violência sexual se tornou generalizada e sistêmica”, diz o relatório.

Mais de um terço das mulheres e crianças entrevistadas disse que os

abusadores usavam uniformes ou pareciam associados a alguma força armada. Por isso, a maioria não denunciou os abusos a autoridades.

As histórias de estupro e escravidão sexual se tornaram tão comuns que algumas meninas e mulheres que se aventuram na jornada já tomam precauções, como levar injeções contraceptivas ou levar pílulas de contracepção de emergência com elas.

Crianças desacompanhadas

Em 2016, mais de 180 mil migrantes cruzaram a Líbia rumo à Itália. De acordo com a ONU, 26 mil eram crianças, a maioria desacompanhada.

Issaa, de 14 anos, saiu sozinho da Nigéria há dois anos e meio, mas também acabou numa prisão na Líbia.

“Meu pai juntou dinheiro para a minha viagem, desejou boa sorte e me deixou ir”, contou aos pesquisadores.

“Queria cruzar o mar, buscar emprego, e trabalhar duro para ganhar algum dinheiro e ajudar meus cinco irmãos que ficaram em casa”.

A Unicef cobra mais esforço de organizações para proteger as crianças na Líbia e nos países vizinhos. Uma iniciativa regional, diz o relatório, incluiria um melhor registro de nascimento, a prevenção do tráfico, caminhos seguros e legais para as crianças que fogem de conflitos armados e, quando apropriado, o reagrupamento familiar.

Nove países prometem cortar

pela metade mortes maternas e de bebês

Campanha tem o apoio da OMS e do Unicef; objetivo é reduzir o número de óbitos em hospitais e clínicas até 2022; mais de 300 mil mulheres no mundo morrem todos os anos durante a gestação ou no parto; 2,7 milhões de bebês morrem no primeiro mês de vida.

[\(Rádio ONU, 14/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Nove países prometeram cortar pela metade o número de mortes de mulheres gestantes e de bebês até 2022.

A meta faz parte de uma rede global de saúde criada pela Organização Mundial da Saúde, OMS, e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef.

Qualidade

Segundo a OMS, 303 mil mulheres morrem todos os anos durante a gravidez ou durante o parto e 2,7 milhões de bebês não chegam ao primeiro mês de vida.

As nações que farão parte da iniciativa são: Bangladesh, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Índia, Malawi, Nigéria, Tanzânia e Uganda.

Tratamento

O objetivo da OMS e do Unicef é melhorar a qualidade dos cuidados maternos e infantis em hospitais e clínicas de saúde e ajudar os países nesse sentido.

O diretor do departamento de saúde materna e do bebê da OMS, Anthony Costello, afirmou que “cada mãe e cada bebê merecem receber tratamento da mais alta qualidade quando entram num hospital em suas comunidades”.

2030

Costello disse que “os nascimentos em clínicas e hospitais aumentaram na última década” e as atenções estão passando do acesso a cuidados médicos para a melhora na qualidade desses tratamentos.

A meta é fazer com que os países possam atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODSs, até 2030.

Edgard Júnior

Pesquisa da ONU mostra que metade das crianças e jovens do mundo já sofreu bullying

Pesquisa realizada pelas Nações Unidas no ano passado com 100 mil crianças e jovens de 18 países mostrou que, em média, [metade deles sofreu algum tipo de bullying](#) por razões como aparência física, gênero, orientação sexual, etnia ou país de origem.

[\(Nações Unidas.org, 13/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Os números constam no relatório “Pondo fim à tormenta: combatendo o bullying do jardim de infância ao ciberespaço”, realizado pelo representante do secretário-geral da ONU para o combate à violência contra a criança e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

No Brasil, esse percentual é de 43%, taxa semelhante a outros países da região: Argentina (47,8%), Chile (33,2%), Uruguai (36,7%) e Colômbia (43,5%). Em países desenvolvidos, a taxa também gira em torno de 40% a 50%, como é o caso de Alemanha (35,7%), Noruega (40,4%) e Espanha (39,8%).

“O bullying é uma experiência danosa, apesar de evitável, para muitas

crianças no mundo. Não importa como seja definida, as pesquisas internacionais recentes com crianças relatam uma taxa entre 29% e 46% de crianças alvo de bullying nos países estudados”, afirmou o relatório.

[Segundo o documento](#), evidências mostram que tanto as vítimas como os perpetradores desse tipo de violência na infância sofrem em termos de desenvolvimento pessoal, educação e saúde, com efeitos negativos persistindo na vida adulta.

“Quando as crianças são afetadas pelo bullying, elas não conseguem tirar vantagens das oportunidades de desenvolvimento aberta a elas nas comunidades e escolas nas quais vivem”, afirmou o relatório.

O estudo mostrou que o bullying é um fenômeno complexo que toma múltiplas formas, e é experimentado de diversas formas no mundo. Normalmente definido como provocação, exclusão ou violência física, em torno de um em cada três crianças em idade escolar no mundo informaram ter passado por alguma experiência envolvendo bullying ao menos uma vez nos meses precedentes.

O fenômeno também é mais comum entre crianças de idade escolar em países mais pobres, e na maior parte dos países os meninos e crianças mais jovens enfrentam o problema mais frequentemente.

O UNICEF está trabalhando com governos, sociedade civil e setor privado para estabelecer mecanismos para que as crianças possam reportar casos de violência, como atendimento por telefone, plataformas online e aplicativos móveis. Isso está ocorrendo em diversos países, entre eles Albânia, Algéria, Brasil, Hungria, Quênia, Madagascar e Sérvia.

No Brasil, o UNICEF, em colaboração com o governo federal e a ONG CEDECA e a empresa IlhaSoft, lançaram a plataforma “Proteja Brasil” em 2014, por meio do qual é possível reportar violência e abusos para as autoridades.



Em média, metade das crianças e jovens no mundo dizem ter sofrido bullying.

Foto: Shutterstock / CC

UNESCO organiza simpósio sobre o tema

Diante de seu compromisso com a construção de uma educação inclusiva e de qualidade, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Instituto de Prevenção à Violência Escolar da Universidade de Mulheres Ewha organizam na semana que vem (17 a 19) em Seul, na Coreia do Sul, o simpósio internacional “Violência Escolar e Bullying: das Evidências à Ação”.

O evento deve reunir cerca de 250 pessoas de 75 países, incluindo professores, estudantes, ministros e vice-ministros da Educação, autoridades políticas, oficiais da ONU e de agências bilaterais, além de outros parceiros e representantes da sociedade civil, do setor privado e das comunidades escolares.

“Enquanto muitos estudantes aprendem em ambientes seguros e estimulantes, outros são expostos à violência e ao bullying, o que infringe seu direito fundamental à educação”, disse Soo Hyang Choi, diretor da divisão para inclusão, paz e desenvolvimento sustentável da UNESCO.

“O simpósio permite que a comunidade internacional elabore novas ações para responder à violência escolar e ao bullying; e representa uma oportunidade de implementar as recomendações do relatório do secretário-geral da ONU sobre a proteção de crianças, apresentadas na Assembleia Geral das Nações Unidas em outubro de 2016”, declarou.

O simpósio internacional visa a ampliar a liderança da UNESCO no combate à violência escolar baseada em gênero, incluindo violência baseada em orientação sexual e identidade de gênero e expressão.

O evento também ocorre depois do lançamento de dois importantes relatórios em 2016, um sobre a resposta do setor educacional à violência baseada em orientação sexual e identidade de gênero e expressão, e outro com um guia sobre como enfrentar a violência baseada em gênero nas escolas.

Um novo relatório global será lançado durante o simpósio, oferecendo dados atualizados sobre escopo, natureza e impacto da violência escolar e do bullying, e fornecendo diretrizes para o setor educacional para o

planejamento e a implementação efetiva de respostas.

O simpósio internacional tornou-se possível com o financiamento da UNESCO e do Ministério da Educação da Coreia do Sul por meio da Fundação Nacional de Pesquisa da Coreia do Sul.